



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ORGAO DA TENDENCIA PELO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONARIO  
ANO II NO. 14 MAIO DE 1991 PRECO C13 75

## ABAIXO O GOVERNO PRÓ-IMPERIALISTA POR UM GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS

CONTRA AS DEMISSÕES  
E O ARROCHO

OCUPAR ATIVAMENTE  
AS FABRICAS  
E RESISTIR

CONTRA A MISÉRIA  
GENERALIZADA DAS  
MASSAS

ORGANIZAR A GREVE  
GERAL  
POR TEMPO  
INDETERMINADO

CONTRA A OPRESSÃO  
AOS SEM TERRA E  
AOS SEM TETO

OCUPAR AS TERRAS  
E RESISTIR

CONTRA A  
DESESTATIZAÇÃO  
E DESNACIONALIZAÇÃO  
DA ECONOMIA

OCUPAR AS EMPRESAS  
E RESISTIR

PELA FORMAÇÃO DE UM COMITÉ DA  
MAIORIA NACIONAL OPRIMIDA EM UMA  
FRENTE REVOLUCIONARIA  
ANTIIMPERIALISTA

## CAPITALISMO APODRECIDO PROVOCA AUMENTO DA MISÉRIA E DESIGUALDADE

No livro **Distribuição de Renda no Brasil**, recentemente lançado no Rio de Janeiro (OESP 12.04.91), os economistas Camargo e Giambiagi constataam o aumento da miséria absoluta e da concentração de renda na década de 80.

Baseados nas estatísticas do IBGE, comprovaram que, em 89, os 10% mais ricos concentraram 52,2% dos ganhos da população economicamente ativa. Em 83, este grupo minoritário já detinha 47,5%. Há que destacar, entretanto, que nestas estatísticas não estão computados os ganhos dos capitalistas, o que certamente elevariam o índice de concentração.

O mesmo estudo denuncia o crescimento do número de pessoas abaixo da "linha de pobreza" ( a renda mínima indispensável à sobrevivência de uma pessoa, segundo organismos imperialistas, foi fixada em 88% do

salário mínimo de setembro de 86). O aumento foi de 24,4% em 80 para 39,3% em 89, algo em torno de 60 milhões de pessoas !

Estes dados mostram eloquentemente a barbárie capitalista. Todavia, ao analisar o crescimento da pobreza absoluta por região, o estudo aponta a informação mais significativa; O maior aumento da pobreza, em termos proporcionais, ocorreu nas regiões mais ricas do sul e sudeste (Sudeste; de 17,1% para 31,3%; Sul; de 14,4% para 28%, ambos no período de 80 a 89), regiões fortemente afetadas pela crise, desemprego e queda da produção.

O retrocesso histórico no crescimento de um país que carece de desenvolvimento se explica pela subordinação da economia brasileira às necessidades do grande capital imperialista em crise.

### O BRASIL CONTINUA RESOLVENDO O "PROBLEMA" DAS CRIANÇAS MATANDO-AS

"Entre março e agosto do ano passado, 457 meninos e adolescentes foram assassinados na área metropolitana do Rio, São Paulo e Recife". Esta denúncia foi feita pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (OESP 04.04.91). Destes, somente em 74 casos foi possível identificar os assassinos, "geralmente policiais e ex-policiais". A maioria dos assassinatos foi cometida por "profissionais" em locais públicos. A impunidade é o denominador comum em todos estes crimes.

O movimento, também, denuncia alarmantes estimativas para este ano. Só nos meses de janeiro a março, 300 crianças já foram assassinadas em 11 capitais brasileiras.

A continuidade do extermínio das crianças expõe com toda clareza o cinismo do governo Collor que rejeitou acusações da Anistia Internacional de conivência com o assassinato generalizado de crianças e uma refinada amostra da brutal selvageria capitalista.

### MAIS UMA DE COLLOR

O governo Collor tomou a decisão de facilitar a remessa de lucro para o exterior. A resolução governamental ocorreu depois de ter em mãos o parecer de uma grupo de trabalho formado por técnicos e funcionários de multinacionais, criado pelo Ministério da Economia. Segundo as autoridades, a facilidade de remessa de lucro é uma condição para atrair o capital estrangeiro. Certamente, esta recomendação foi feita pelo grupo de trabalho vinculado aos interesses do imperialismo. A Ministra Zélia Cardoso, em palestra no World Economic Forum (Forum Mundial de Economia), foi aplaudida pelos representantes das multinacionais ao revelar o presente do governo ao capital estrangeiro. Eis mais uma do entreguista Collor.

### COLLOR MANIFESTA SUA VOCAÇÃO FASCISTA

Nos recentes incidentes de Juazeiro do Norte (03.04.91), onde a segurança de Collor espancou brutalmente os manifestantes e arrancou deles as faixas e cartazes de protesto, ficou evidente a vocação fascista deste governo "democrático". À margem do folklore já criado em torno do roxo presidente, o que ressalta é a explícita disposição governamental de esmagar, por qualquer meio, os que a ele se opõem. Em Itacoatira (AM), no dia 12, foi posta a mesma truculência na repressão à manifestação popular contra o governo.

O acelerado desgaste do governo perante as massas e o acirramento da luta de classes obrigam o Estado burguês a desnudar seu caráter de ditadura de classe. As intempestivas reações do presidente não expressam só os traços de uma "doentia" personalidade, mas as latentes tendências à fascistização contidas no regime -democrático e que haverão de se colocar mais intensamente com o aprofundamento da combatividade das massas.

# PELO GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS

# A CRISE NACIONAL É IMPOSTA PELO IMPERIALISMO

A marcha da crise econômica continua firme. Em doze meses a produção industrial caiu 12%. Somente em fevereiro, a queda foi 16.6%. No maior centro industrial do país (SP), caiu 22.4%. Sob a ação da linha pró-imperialista de Collor, a economia regrediu, quando teria de dar um salto à frente. A destruição de milhares de empregos e o rebaixamento geral dos salários atingem frontalmente as condições de vida das massas. E funcionam como fator de quebra de consumo, o que dinamiza o processo recessivo. Eis o resultado da política antinacional e antipopular, que comprime drasticamente a capacidade de investimento do Estado, escancara o mercado interno, desestatiza para pagar a dívida interna e externa,

elimina os financiamentos para o pequeno e médio agricultor e demite milhares de funcionários públicos.

A via de "solução" da crise, através de liquidação da capacidade do Estado de intervir na economia, destruição de forças produtivas e expropriação salarial, está levando o país a sucatear as bases de sua indústria nacional e a desnacionalizar setores chaves da produção. Atendendo aos interesses do imperialismo, o governo antinacional utiliza o poder do Estado para aprofundar o atraso do país e reforçar o grau de submissão ao capital financeiro internacional. Enquanto se amplia a fome e o flagelo do desemprego em massa, a Ministra Zélia fecha o acordo com os credores de pagamento de 2 bilhões de dólares, correspondentes a juros atrasados de 8,5 bilhões. E trabalha no sentido de transformar os títulos da dívida em propriedade industrial estrangeira.

Como vemos, o governo assimila abertamente a estratégia de recolonização do imperialismo, que se torna violentamente agressivo em virtude da tremenda decomposição da economia mundial, como demonstra a guerra contra o semi-

colonial Iraque. Desta forma, a crise nacional brasileira é parte do reflexo das tremendas pressões da economia imperialista em declínio (crise de superprodução, parasitismo e armamentismo).

Este curso dos acontecimentos obriga as organizações operárias a responderem com a luta anti-imperialista, devendo se dirigir contra o governo antinacional de Collor. Está posto organizar um movimento geral de massa contra a desestatização, <sup>desnacionalização,</sup> desemprego e fome. Há que se lançar contra a política de crise e miséria do governo reacionário, com a plataforma de defesa da vida das massas, de rechaço à opressão nacional e de luta anticapitalista, e com a formação de comitês de greve por todo país, que possibilitem a frente única das massas e a utilização da greve geral por tempo indeterminado.

As condições para esta tarefa estão dadas pela crescente combatividade e explosão grevista, que pipoca por todos os lados. Há que unificar os movimentos e dar a eles expressão política contra o governo Collor.

## A OFENSIVA COLLOR CONTRA O DIREITO DE GREVE

O governo decidiu enviar ao Congresso o Projeto em forma de projeto de lei. Logo na primeira etapa, figura o tema da relação capital e trabalho. A essência de seu conteúdo se reduz a disciplinar totalitariamente a capacidade de greve dos explorados e a potencialidade de massa dos sindicatos. Frente aos constantes ataques aos salários e empregos, à fomentação da crise social e à tendência do proletariado se unificar num único movimento contra o governo antinacional, o Ministério do Trabalho e da Economia decidiram por aperfeiçoar a legislação repressiva do Estado.

A adoção do contrato coletivo do trabalho objetiva criar uma camisa de força à luta grevista e servir de instrumento para a burocracia sindical praticar a conciliação de classe. Certamente, a regulamentação contratual entre capital e trabalho prescreverá duras sanções aos sindicatos que não seguirem as determinações da jurisdição burguesa e que não praticarem o sindicalismo de conciliação.

Um dos pontos de projeto de lei refere-se à criação da figura do mediador e do árbitro, que supostamente, representará trabalhadores e patrões. Tal representação, na realidade, está destinada a impor a conciliação de classe, que golpeia a potencialidade de combate dos assalariados e favorece o capital contra o

trabalho.

Pelo Projeto, o árbitro terá o poder de decisão final sobre as partes. Estabelece-se, assim, a arbitragem obrigatória, destinada a aplicar a legislação repressiva do Estado, no interesse do capital (patrões).

Somente na aparência, o Ministério do Trabalho deixará de intervir contra a luta grevista. Ocorre que a atribuição passa para a justiça comum. O que decidir o árbitro, deve ser acatado por força de lei. Como vemos, trata-se de uma reformulação da CLT, que impõe autoritariamente a conciliação, num quadro de polarização das classes.

O contrato coletivo de trabalho é uma aspiração dos assalariados, porém apenas para exigir da burguesia a aceitação das reivindicações coletivas das massas, como piso nacional igual ao salário mínimo real, escala móvel dos salários, etc. Isto nada tem a ver com a regulamentação contratual pró-burguesa.

A CUT deve se insurgir contra mais um passo do totalitarismo do governo Collor e defender a total liberdade de organização, o direito irrestrito de greve, o fim de qualquer legislação tabalhistá antioperária e a eliminação da arbitragem obrigatória. Cabe também denunciar amplamente o Congresso nacional que, certamente, aprovará a linha da ditadura da burguesia sobre o proletariado.

## As Forças Armadas e o PT

Os militantes mais conscientes do PT assistiram incrédulos aos aplausos dos generais às emendas do PT à lei que regulamenta a atuação das Forças Armadas. O Alto Comando considerou que José Genoíno achou a verdadeira solução para o aperfeiçoamento democrático da legislação, uma vez que, pela anterior, um juiz qualquer poderia requisitar as Forças Armadas, como ocorreu na invasão da CSN, em que dois operários foram assassinados pelos militares. Agora, caberá apenas ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ou aos presidentes da Câmara e do Senado, requisitar do Presidente da República o emprego do exército.

A bancada do PT contribuiu para melhor normatizar as funções militares de defesa da Pátria, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, sob o comando geral do Presidente Collor. Foi justamente em defesa da "lei e da ordem" que o juiz de Volta Redonda enviou a tropa sobre os grevistas, que ocuparam a fábrica e desafiaram a propriedade privada. Por pouco, Sarney não a enviou contra os petroleiros.

Esse passo do PT, de comprometimento com o braço armado do Estado capitalista, é um dos mais graves. Será que, para construir seu governo democrático e popular, terá de ganhar a confiança dos gorilas? Tudo indica que sim! Cabe à base petista julgar se esta é a meta de um partido que se reivindica dos trabalhadores.

Gostariamos, também, de chamar a atenção para a memória dos companheiros de José Genoíno, trucidados pelos gorilas no Araguaia e de todos os que tombaram na luta contra a opressão de classe.

## A via do PDT

O ditador Collor financiou a linha do Metrô para o Rio (Linha Vermelha) e Leonel Brizola, governador do Estado, hipotecou apoio ao processo de Entendimento Nacional em torno do Projeto. Para o Planalto, a atitude de cooperação política entre os poderes "é a consolidação do processo democrático". O mesmo afirmou em relação ao acordo do "toma lá dá cá" com os governadores nordestinos.

Apoiado-se na falência dos estados, Collor vem pondo a coleira em cada um dos governadores, seja de que partido for (inclusive no pescoço do "governo popular" de Brundina).

O espírito de cooperação, destacado como necessário para o país, é o reflexo da profunda decomposição da política dos partidos burgueses democratizantes, acuados pela crise econômica e social e pela linha de recolonização do imperialismo, a qual Collor encarna.

A oposição democrática está obrigada a se adaptar ao governo reacionário e sustentá-lo frente à polarização da luta de classes. O que conta, em última instância, são os interesses gerais da burguesia. Este é o papel da democracia antipopular. Tal é a via do PDT.

Essas são as forças denominadas democráticas e populares pelo PT e candidatas a constituírem o governo democrático e popular, no futuro próximo.

## O PCB

### CONTRA - REVOLUCIONÁRIO

O artigo do Sr. Salomão Malina, presidente nacional do PCB, intitulado "Crise e Desenvolvimento" (OESP, 20/4), se constituiu na mais clara defesa do capitalismo. Afirma: "Se a modernização conservadora dos anos 70 somente foi possível porque imposta pela força durante o regime ditatorial, agora uma modernização democrática só será possível mediante um pacto político-social amplo, transparente e aberto, negociado entre os diversos atores políticos e sociais". Esse pacto seria o resultado de uma "ampla negociação no âmbito do Congresso Nacional. Desta forma, a "oposição democrática" de que o PCB se reivindica propõe ao governo Collor abandonar seu Projeto neoliberal e abrir um processo de negociação com todas as forças da sociedade, para superar a crise com distribuição de renda, reformas e crescimento econômico. O restante do artigo se dedica a descrever a crise de um ponto de vista da economia burguesa (anti-marxista) e a prescrever o receituário para um "projeto nacional".

Evidentemente, com a oposição democrática, não será possível rechaçar o objetivo antinacional e antipopular de Collor de pôr fim à aposentadoria por tempo de serviço, à privatização das universidades públicas e da Previdência Social, à quebra da estabilidade do funcionalismo, à liquidação das políticas públicas dirigidas ao atendimento social e alienação sem critério do patrimônio estatal" (notem que o PCB é a favor da desestatização com critério).

A linha do pacto proposto para se chegar à modernização democrática", levada adiante pelas "forças democráticas", se contrapõe à necessidade do proletariado tomar os problemas nacionais e sociais em suas mãos, lutando diretamente contra o governo pró-imperialista e a caduca burguesia nacional. A modernização do PCB atribuiu aos partidos burgueses e ao Congresso dos capitalistas a tarefa de desenvolvimento econômico, a qual os sindicatos se juntariam. Trata-se, portanto, da clara defesa da conciliação de classe e do capitalismo semicolonial putrefato, incapaz de se emancipar do imperialismo através da burguesia nacional.

Os conceitos de oposição democrática, forças democráticas, projeto nacional, pacto político social e desenvolvimento com distribuição de renda são típicos da política burguesa nacional-reformista.

**JORNAL MASSAS  
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO  
E DITADURA PROLETÁRIA**

## EM DEFESA DA OCUPAÇÃO DO BRASIL PELAS MASSAS OPRIMIDAS QUE A CUT UNIFIQUE O MOVIMENTO OPERÁRIO, POPULAR E CAMPONES

Os trabalhadores brasileiros, como toda a massa assalariada dos países oprimidos, estão à beira da barbárie: eliminação física, condenadas à morte pela fome e miséria.

No Brasil 60% da população está obrigada a sobreviver com uma renda de menos de 1 a 3 salários mínimos, sendo que 40% da população ganha menos de 1 a 2 salários mínimos, quando o mínimo estipulado teria de ser 110.000,00 (abril). A massa de desempregados sobe todo dia. O nível de mendigagem aumenta assustadoramente (500.000 prostitutas menores, 300 menores foram mortos este ano).

Falta 1 milhão de moradias, sendo que 30% da população brasileira moram em condições subhumanas, nas margens dos córregos (esgotos), à beira de barrancos e em cima de morros, que a toda chuva ameaçam a desabar, e morrem mais pessoas soterradas pelas péssimas condições de habitações do que em certas guerras.

No campo, a situação é próxima da guerra civil, com 300 assassinatos de líderes sindicais em dois anos. Enquanto ocupamos o 8º lugar dentre as economias do ocidente, abrigamos uma população marginalizada de 12 milhões de camponeses sem-terra, 30 milhões de analfabetos, 409 milhões de hectares estão nas mãos do capital estrangeiro, sendo que deste somente 5% estão sendo cultivados.

O capital imperialista controla setores-chaves do parque industrial do país. O imperialismo detém 85% das reservas de bauxita, mais de 40% dos minerais: magnésio-95%, Nióbio-75%, Níquel-85%, Prata-98%, diamante-95%, Amianto-93%, Ferro (só no Estado de Minas Gerais) - 65%.

Os mesmos imperialistas que controlam nossa economia industrial, minério, complexo agro-industrial, comércio e exportação, também são os detentores em 77% da dívida externa brasileira.

Com a crise mundial capitalista e toda esta concentração mundial da propriedade privada, resta aos países oprimidos e a sua população apenas a fome e

a miséria. O imperialismo conta com os governos eleitos, sob o marco do capital, como é o caso de Collor, Menem, etc. Além destes representantes diretos, conta com a incapacidade da burguesia nacional de resistir a tal ofensiva e ainda com os partidos reformistas, que tentam bajular os capitalistas nacionais no sentido de propiciar grandes acordos, pactos, entendimento nacional, passando a perspectiva para os trabalhadores de que é possível administrar tal situação. Passam a ilusão às massas da possibilidade de propiciar reformas que beneficiem os trabalhadores. Falam de reforma agrária como se fosse brincadeira. Não enxergam, ou não querem enxergar, porque a reforma agrária, diante da penetração do capital imperialista, só será possível pela ação direta das massas, sob o comando do operariado. E que esta reforma agrária só poderá vir com as massas oprimidas da cidade e do campo de armas nas mãos. Como os reformistas são contra a luta direta e só estão interessados nos polpudos salários do Parlamento e usufruto dos privilégios dos executivos, então precisam enganar os camponeses com as bandeiras legítimas dos oprimidos, levando-as para o campo institucional, (eleições, eleições..)

Enquanto isto, milhares de operários vão à luta isolados nas cidades e milhares de camponeses vão para a luta isolados no campo. A repressão e o governo burguês pró-imperialista se sentem à vontade para matar, prender, reprimir e impor derrotas a estas lutas isoladas.

Não ao isolamento das lutas na cidade

Não ao isolamento das lutas no campo

Pela aliança operário e camponesa

Pelo salário mínimo real

Por terra aos camponeses, e terra e casa aos sem teto da cidade

Pela reposição de todas as perdas salariais

Pela garantia dos direitos já conquistados

Pela expropriação dos imperialistas e dos ramos vitais da economia

Só a luta direta dos oprimidos da cidade e do campo nos garantirá o direito de ocupar o Brasil.

### A CAPITULAÇÃO ENTREGUISTA

A ministra Zélia Cardoso, finalmente, fechou uma primeira etapa do acordo sobre a dívida externa. Os banqueiros, representados pelo FMI, exigem que o Brasil pague 2,5 bilhões de dólares, referentes aos juros acumulados de 3,5 bilhões de dólares. Em contraposição, o governo propunha saldar apenas 600 milhões, que já é muito para uma economia em crise. No final das contas, aceitou pagar 2 bilhões e estabelecer o prazo de 10 anos para o restante. Os banqueiros não ficaram muito sorridentes, mas consideraram uma boa conduta do governo aceitar a quase totalidade das exigências.

Para a economia nacional, mergulhada na recessão e na quebra financeira dos Estados e Municípios, e para os milhões de esfomeados resulta em capitulação vergonhosa dos vendepátria, que significaria mais atraso e pobreza do país, ainda mais que uma parcela das estatais será sacrificada, como forma de pagamento aos rapinas internacionais.

É mais uma razão porque se coloca a bandeira de fim do governo pró-imperialista, não pagamento da dívida externa, nenhuma desestatização e expulsão do imperialismo.

### A LUTA PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS EM ARTHUR NOGUEIRA

O Grupo "Vida" e o PC do B de Arthur Nogueira ocuparam a recém criada "Tribuna Livre" da Câmara Municipal, para se solidarizarem com a luta pela libertação de Boni e Romildo e propuseram que a Câmara encaminhasse uma nota de repúdio à Secretaria de Segurança, conforme notícia o jornal "Folha da Semana" de Arthur Nogueira em 23.03.91.

A solidariedade tende a ganhar cada vez mais espaço. É preciso transformá-lo em organismos ativos de denúncia não só destas prisões políticas, mas de toda forma de opressão política e social em Arthur Nogueira.

## SEM TERRAS DO RIO GRANDE DO SUL MOSTRAM O CAMINHO

No dia 9 de abril, 3.500 trabalhadores sem-terras ocuparam uma fazenda perto de Bagé (RS) protagonizando a mais violenta ocupação de terras da história recente. Na ação, o agricultor Nuron Pinheiro, de 23 anos, foi assassinado e outros dois gravemente feridos.

Os 3.500 agricultores prenderam o dono da fazenda, alguns funcionários e 7 policiais militares, armados de paus, facões e algumas armas de fogo cavaram uma trincheira em torno da sede da fazenda e só libertaram os reféns depois que o proprietário se comprometeu (em negociação da que participou o governo do Estado) a não pedir reintegração de posse e facilitar a compra das terras pelos ocupantes.

Os sem-terra reivindicavam, também, a libertação dos 4 agricultores presos em Porto Alegre desde o ano passado, acusados pela morte de um policial no enfrentamento de 8 de agosto de 1990.

Este episódio da luta de classes no campo expõe uma característica do atraso brasileiro: a sua arcaica estrutura agrária, baseada no predomínio do latifúndio convivendo ao lado de um crescente exército de miseráveis sem-terra.

A resposta dos trabalhadores gaúchos, por seu lado, aponta exactamente o caminho que haverão de trilhar as massas oprimidas de todo o país, para se livrar da opressão imperialista e capitalista, a da ação direta, autodefesa e armamento. Há que defender estes métodos como uma conquista da classe e levá-los como uma bandeira do programa da revolução proletária.

Aos cantos de sereia do reformismo pacifista, há que responder com o exemplo dos camponeses de Bagé e dos sem-terra da Vila Socialista, com a construção da aliança operário-camponesa e a defesa do governo operário e camponês.

## CONCLUÍDO CURSO DA T.POR NO RIO DE JANEIRO

Realizou-se no último dia 31/03/91, no Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, a última parte do curso sobre o folheto "O REFORMISMO DO PT E A FALÊNCIA DAS ESQUERDAS", que contém uma crítica político-programática ao PT e às correntes. O curso contou com a participação de ativistas de diversas categorias, militantes do PT e da CUT.

A 3ª parte do curso discutiu questões como a concepção de partido, as correntes de esquerda e a necessidade de romper com o PT e construir o POR. As principais conclusões podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

A concepção de partido deriva da estratégia adotada. Sob a estratégia revolucionária (ditadura do proletariado) cabe a construção de um partido que seja um estado maior na luta pela derrubada da burguesia do poder e instalação do governo operário e camponês. Esse partido só pode ser de quadros, aqueles que assimilam o programa e defendem as idéias partidárias disciplinadamente no interior do movimento. Seu

funcionamento só pode ser o do centralismo democrático, único capaz de permitir a construção coletiva do programa, através da crítica e autocrítica, e a ação unitária no exterior. Sua organização se dá a partir das células, que são a ligação do partido com a classe, por onde pode levar suas idéias a efeito e construir-se como direção.

Sob a estratégia de um governo de unidade nacional (governo democrático e popular) só cabe a construção de um partido de massa eleitoral (referência eleitoral para as massas), tendente a aglutinar-se com outros partidos em uma frente que lhe permita ser elevado ao governo através do voto.

Um partido assim é composto de militantes despolitizados (militância heterogênea e policlassista), organizados em comitês eleitorais, diretórios, etc. Seu funcionamento, para que possa abrigar todo tipo de pensamento, só pode ser o do centralismo burocrático, e seu programa é construído essencialmente pela cúpula, que, de tempos em tempos, faz os Encontros. Ao contrário, o programa do partido

revolucionário é construído pela ligação das células com o movimento operário, portanto, generalização da experiência militante e obra coletiva.

No estudo das correntes, verificou-se que, com suas variações, todas elas se submetem à estratégia da Articulação, procurando apenas esquerdizar a tática, resultando no oportunismo político. As diferenças entre elas situam-se no mesmo ponto; como melhor potencial eleitoralmente o partido e até onde ampliar a frente que o levará ao governo.

A terceira parte desta discussão permitiu verificar que não é mais possível aos revolucionários intervirem como corrente interna no PT, dado sua integração ao Estado burguês, a eliminação da democracia interna e a regulamentação das tendências, que se impede de manter a fisionomia política. O que se coloca é a ruptura com o reformismo petista e a construção de um autêntico POR, tendo por base o programa estratégico da ditadura proletária e o método marxista de construção partidária.

## PRESOS POLÍTICOS

## JUSTIÇA BURGUESA SOLTA BONI, ROMILDO E ZÉ DO CARMO

Estávamos fechando a edição deste jornal, quando a justiça burguesa libertou Boni, Romildo e Zé do Carmo, presos em Diadema por terem apoiado a luta dos sem-terra da Vila Socialista.

Esta medida é, sem dúvida, produto da crescente pressão política sobre o governo do Estado e a justiça patronal, exercida pelos comitês que estão sendo criados em todo o país, mobilizando os militantes e ativistas dos movimentos e até os parlamentares. O caráter político das prisões, acabou provocando o repúdio democrático de diversos setores sociais e políticos, que se solidarizaram com a luta pela liberação dos presos.

Entretanto, a luta não está ganha. Eles foram liber-

tados só até o julgamento, daqui 40 dias, e persiste a disposição dos juizes e desembargadores mancomunados com o patronato e o governo do Estado, de condená-los a qualquer custo.

Ao mesmo tempo, continuam presos os agricultores do Rio Grande do Sul e prossegue a onda de assassinatos dos dirigentes rurais no campo por encomenda dos latifundiários e acobertados pelo governo.

A liberação destes lutadores deve servir de alento a todos os comitês já formados e aos que deverão ser criados. É preciso redobrar a sua atividade e deflagrar uma campanha nacional contra todo tipo de opressão política, econômica e social.

## POR QUE O COMITÊ?

O Comitê pela libertação dos presos políticos tem como objetivo lutar não apenas para soltar Boni, Romildo e Zé do Carmo, mas para se opor às outras prisões políticas a nível nacional e, mais ainda, contra toda forma de opressão. Por isso, também, luta contra os assassinatos no campo, contra as repressões aos movimentos, contra as perseguições políticas, como a sindicância que vem ocorrendo no interior da CMTC, movida pela prefeitura petista contra as lideranças dos condutores, que há poucos dias estavam em greve.

Por isso, o Comitê tem o caráter de frente única de luta, está aberto à participação de todas as correntes, partidos, sindicatos e organizações populares. Todos aqueles que se colocarem a lutar contra a repressão devem participar do Comitê.

## COMITÊ DENUNCIA REPRESSÃO NO CAMPO

Depois de lançar seu Manifesto de fundação, o Comitê de libertação dos presos políticos soltou seu primeiro boletim que denuncia:

a) O julgamento do pedido de Habeas Corpus de Boni e Romildo, quando os desembargadores do 1o. Tribunal do Fórum da Capital negaram o mesmo, alegando que não libertariam Boni, para que este não pudesse difundir suas idéias, configurando explicitamente o caráter político do processo.

b) A prisão de José do Carmo, morador da Vila Socialista, mais uma vítima da opressão estatal burguesa.

c) A prisão política dos sem-terra no sul do país que já dura vários meses.

d) Os assassinatos no campo que continuam impunemente, com destaque para a morte de Vilmar Brizola, morto em 26 de março.

e) A lista dos assassinatos desde 03/90 até hoje.

f) A necessidade da CUT e dos movimentos camponês e popular se juntarem à luta pelo fim da opressão econômica, política e social.

g) A lembrança dos sem-terra brutalmente assassinados pela polícia, quando da desocupação da Vila Socialista.

O Comitê se reúne todas às 4a. Feiras às 19 horas na CUT regional de São Paulo. Rua Silveira Martins no.8.

## COMITÊ PARLAMENTAR PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS

No último dia 5 de abril, realizou-se na Assembléia Legislativa de SP um ato em defesa da desapropriação da V. Socialista e do Morro do Samba e contra as prisões políticas de Boni, Romildo e Zé do Carmo. Compareceram e fizeram uso da palavra diversos parlamentares da casa, do PT, PC do B e PSB, representantes das correntes políticas e moradores das áreas ocupadas. Foi proposta também a formação de um Comitê parlamentar contra as prisões políticas.

A T.POR interviu defendendo a resistência (autodefesa) como necessidade dos movimentos para enfrentarem à repressão cada vez maior da burguesia, e uma campanha de massa pela libertação dos presos políticos a nível nacional, que implica em formar comitês por todas partes. E convocou a participação de todas as correntes, partidos, sindicatos e organizações populares nos comitês de apoio e em defesa da libertação dos presos políticos.

A colocação final foi de uma companheira do Morro do Samba que demonstou o descontentamento dos sem-terra com o apoio estritamente formal dos parlamentares, que ao microfone dos atos prometem todo tipo de apoio, mas que na prática pouco tem feito.

## FORMADOS NOVOS COMITÊS:

Em São Bernardo, formou-se o Comitê misto pró-moradia e em apoio à Vila Socialista e pela libertação de Boni, Romildo e Zé do Carmo, com o objetivo de organizar a luta pela terra e moradia na cidade e apoiar a luta dos sem-terra.

Também foram formados os Comitês parlamentares da Câmara Municipal de Diadema e da Assembléia Legislativa de Belém do Pará.

Construir novos Comitês por todo o país e continuar a luta pela libertação de todos os presos políticos é o caminho para trazer os lutadores de volta às massas.

## DEPARTAMENTOS DA CUT CONTRA AS PRISÕES POLÍTICAS

A plenária do Departamento Nacional do Vestuário da CUT, reunida nos dias 14 e 15 de março aprovou a moção:

1o. De repúdio às prisões políticas de Manoel Boni, Romildo Raposo, José do Carmo, Otavio Amaral, Carlos Gowaski, Idone Bento, Augusto Moreira e Olti Zinkler.

2o. Pelo fim dos assassinatos no campo.

3o. Terra para todos. Pela desapropriação dos latifúndios sem indenização.

4o. Pelo atendimento das reivindicações gerais das massas.

# CONGRESSO DO PT

Entre 27 e 30 de novembro, o PT, realizará seu 1º Congresso, isto depois de já ter feito sete Encontros, sendo o V (1987) de fundamental importância por ter assentado a estratégia do governo democrático e popular, a tática de alianças com os demais partidos democratizantes e a linha do programa de reformas. Para dar início ao processo de discussão interna, a Coordenação Política Geral lançou um Manifesto e passou a editar o "Jornal do Congresso", no qual se delineia um calendário de atividades, os critérios de participação e um roteiro inicial, contendo pontos como: "1º - Socialismo: Concepção e Construção"; 2º - "Concepção, Construção e Atuação Partidária".

Pela importância do PT, frente à questão do partido da classe operária, a T. POR tem o dever de participar dos debates e formular críticas programáticas.

A T. POR saiu do PT, caracterizando-o de socialdemocrata, e denunciou o fato de sua direção majoritária (Articulação), auxiliada pelas Tendências fisiológicas, ter traído o objetivo da construção de um partido operário independente.

Desta forma, rompemos com o PT em defesa da estratégia da ditadura do proletariado e da construção do partido revolucionário. Porém, as massas ainda farão muitas experiências com o reformismo antes de se emanciparem e se colocarem pelo partido marxista.

## SOBRE O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

No Manifesto se afirma: "A democracia socialista, para o PT, supõe a compatibilização da criatividade econômica da sociedade civil com intervenção democraticamente planejada do Estado". No texto "Socialismo: Concepção e Construção", recomenda-se: "Trata-se, aqui, de discutir se na sociedade socialista que queremos prevê-se ou não a existência de mercado". Assim, considera como tarefa urgente "avançar no nosso projeto econômico alternativo(...), para responder "como organizar a propriedade dos meios de produção... Na realidade, a Articulação já tem um juízo de valor formulado. Concebe seu socialismo como o resultado da compatibilização de um suposto Estado Socialista (planejado) com a economia de mercado, ou seja, sem abolir as relações capitalistas de produção. Para esta concepção, esta fora de

cogitação que o socialismo será o resultado da expropriação da grande propriedade capitalista e do desenvolvimento das forças produtivas, sob a forma de economia coletivizada. A tese de fundir o socialismo, como um mero princípio de planejamento estatal democrático, com a economia de mercado é socialdemocrata.

## SOBRE A DESPRIVATIZAÇÃO DO ESTADO

Em relação ao Estado, introduz a noção de desprivatizá-lo. O conteúdo da "desprivatização" está em combater "em seu interior, e a partir das lutas" "a ação parasitária de grupos privados e internacionais, bem como da burocracia e de interesses puramente corporativos". E conclui: "Neste sentido, tal caminho ao socialismo tem uma dimensão republicana, entendida como prioridade da coisa pública sobre os interesses privados(...)"<sup>16</sup>. Por esta linha, a Articulação formula sua rejeição à destruição do Estado capitalista. Propõe-se a reformá-lo, a tal ponto de, utopicamente, pretender eliminar o parasitismo capitalista próprio do Estado burguês. Ocorre que os reformistas se esforçam por conceber o Estado como um campo de força onde tanto pode predominar os interesses do capital, quanto os das massas, dependendo do governo ser democrático popular ou não. A artificialidade desta visão é tamanha que chega ao absurdo de pretender sobrepor a "coisa pública sobre os interesses privados". Enquanto as fábricas, os bancos, as terras e o grande comércio estiverem nas mãos da burguesia, o Estado e a "coisa pública" serão ditados por ela.

## SOBRE O PODER (SOCIEDADE CIVIL E HEGEMONIA)

Eis a colocação: "As resoluções do VII Encontro Nacional são claras ao conceberem a hegemonia como condição essencial para a transição socialista. Embora ainda se encontrem formulações do tipo "tomada do poder", o que se destaca é a opção preferencial pelo caminho da disputa política em oposição explícita às estratégias vanguardistas". A hegemonia, para a Articulação, não é a de um governo revolucionário surgido da luta insurrecional das massas. Por isso, rejeita a formulação de tomada do poder. Trata-se, ao contrário, do

governo democrático saído das eleições. Pretende-se, assim, passar a idéia de que tal governo contrariaria a hegemonia através do alargamento da democracia do Estado. A "opção preferencial pelo caminho da disputa política" é o dos mecanismos formais da democracia (eleições). O que chama de "estratégias vanguardistas" não é senão a necessidade histórica do proletariado arrancar o poder do Estado à base das contradições e luta de classes. Negar esta via, a da violência revolucionária, é negar o único método possível para se chegar ao socialismo (propriedade coletiva dos meios de produção).

## SOBRE A TÁTICA

O PT objetiva "estreitar seu relacionamento com os demais partidos e organizações políticas e sociais do campo democrático e popular (...) e constituir espaços de articulação em função de situações conjuntas nas lutas concretas dos trabalhadores e povo brasileiro"(Manifesto).

Um dos conceitos mistificadores do PT é o do "partidos do campo democrático e popular". Isto porque abstrai e esconde o caráter de classe de tais partidos. Quem são eles? Como desconhecer o conteúdo histórico burguês de um PDT, PSDB, PMDB e pró-burguês dos estalinistas, como PCB e PC do B?

É claro que há diferenças entre eles, porém, ou são burgueses ou pró-burgueses. O PMDB e PSDB, fundamentalmente, são responsáveis diretos pela sustentação do Plano Collor e pela continuidade do governo antinacional. O Sr. Quéricia (PMDB) enviou a polícia contra os sem-teto da Vila Socialista e mantém trancafiados Boni e Romildo. Portanto, a aspiração de estreitar o relacionamento com tais partidos significa se comprometer integralmente com a função de sustentar o regime de exploração de classe. Tudo indica que este é o destino do PT, que terminará por fazer um governo de coalizão com setores da burguesia, auxiliado pelos estalinistas.

Os petistas de base deverão compreender o sentido pró-burguês da noção democrático e popular. Democrático porque se submete às instituições da democracia burguesa e popular porque arrasta as massas para as ilusões no poder das eleições (voto popular).



Há que se exigir da Articulação resposta à indagação se esses partidos, considerados como do "campo democrático e popular", sustentam ou não o capitalismo, são responsáveis ou não pelo exercício da ditadura de classe da burguesia (mesmo na democracia) e se são incapazes ou não de enfrentar a opressão imperialista!

### CONCLUSÃO

Pelo Jornal do Congresso, verificamos que nada de novo está colocado. Limita-se a reproduzir o V Encontro 87. Talvez o 1º Congresso tenha a

finalidade estrita de clarear ainda mais as posições democráticas pró-burguesas. Embora a direção insista em afirmar que o partido inaugura uma nova fase do socialismo, porque se contrapõe tanto ao estalinismo ("socialismo real") quanto à socialdemocracia, a sua política é uma fusão de ambas correntes mundiais. É por isso que não se anima a expor qual é a estratégia do estalinismo e da socialdemocracia para os países semicoloniais, como o Brasil. A linha do governo democrático e popular e a formulação do "campo democrático e popular" são dos PCs stalinistas de toda América Latina, inclusive a comunista. A

defesa da estratégia de aprofundar a democracia, para de seu ventre sair, de forma pacífica, o socialismo, é historicamente socialdemocrata. A única novidade da Articulação é a de promover a simbiose (fusão) das duas linhas contra-revolucionárias. E a sua vivacidade está em esconder este fato da militância. Por fim, o 1º Congresso terá por finalidade suprema amordaçar definitivamente as correntes de esquerda mais irrequietas e pôr limites à crise interna, que engloba o choque com as administrações petistas (Erundina, José Augusto, etc.) e ações dos parlamentares.

### PRESIDENCIALISMO OU PARLAMENTARISMO?

O governo e os partidos da burguesia, incluindo a esquerda reformista, estão em plena negociação sobre a manutenção do regime presidencialista ou modificá-lo para parlamentarista. O PMDB está dividido entre os quercistas, que não aceitam a mudança e os ulissesistas, que são parlamentaristas. O PSDB navega a favor da maré parlamentarista. O PT, de presidencialista, quando Lula poderia ter sido eleito, passou a comungar da reforma constitucional pró-parlamentarista.

Um ponto parece unificar os parlamentaristas. Trata-se de constituir um sistema misto, em que o presidente continue sendo eleito diretamente, como no sistema francês, mantendo assim uma boa parcela de centralização e poder. O parlamentarismo serviria de contrapeso, ou melhor, de instrumento de co-governo com o presidente.

Logo mais, toda esquerda reformista arrastará os sindicatos e a CUT para fazerem campanha plebiscitária pelo parlamentarismo. Considera-se que o parlamentarismo é mais democrático e fortalece as instituições contra o autoritarismo do presidente. Prepara-se, assim, mais uma armadilha para arrastar os trabalhadores por detrás da divisão interburguesa.

Há que se denunciar o caráter formal da democracia, com ou sem parlamentarismo, e seu conteúdo de classe, isto é, do exercício democrático da ditadura de classe da burguesia sobre os explorados, que são submetidos a continuar a trabalhar como bons escravos.

O proletariado luta por constituir um governo revolucionário e construir sua própria democracia (proletária). A sua tarefa não é a de escolher entre o mais ou menos democrático, mas sim lutar pela destruição do Estado capitalista e pela conquista do poder político, condição para implantar o governo operário-camponês e consolidar o domínio da soberania popular real (controle do Estado, da economia e das armas).

Frente aos problemas democráticos, no interior do capitalismo, defende as reivindicações de total liberdade política, de organização e de manifestação, direito irrestrito de greve e de auto-defesa contra a reação, fim dos assassinatos no campo, eleição direta, com revogabilidade de mandato, em todos organismos públicos, inclusive nas forças armadas, etc.

Desta forma, o marxismo distingue a democracia como um princípio constitutivo do Estado capitalista e as reivindicações democráticas, que mobilizam os trabalhadores contra o totalitarismo da classe dominante.

### COISAS DE PARLAMENTARES REFORMISTAS

Em reunião, no Ministério da Economia, o deputado do PT, economista e assessor de Lula, Aloísio Mercadante, surpreendeu a todos os representantes partidários da burguesia e ao próprio governo ao refutar a proposta do PDT de elevar o valor do salário mínimo para 33 mil. Segundo o Jornal do Brasil, o parlamentar de esquerda não se conteve e disse: "Isto não pode; vai causar desabastecimento". Em seguida, José Serra (PSDB), aproveitou a avaliação do nobre colega petista e deu-lhe inteira razão. Porém, era um dia de grandes surpresas. O Sr. Walter Barelly, apoiado no grande conhecimento que lhe oferece o Dieese, pôs fim à discussão. "O país não tem PIB para isso".

Sem dúvida, o Secretário de Política Econômica de Collor ficou muito assombrado e satisfeito com o grau de realismo dos parlamentares e economistas do PT.

As massas podem sofrer as maiores privações, desde que não haja desabastecimento (certamente para os ricos e abastados, entre eles Mercadante e Barelly) e não se prejudique o PIB (riqueza dos capitalistas).

Quando dizemos que os reformistas renunciam a defender as reivindicações elementares dos explorados, há aqueles que duvidam. De nossa parte, nos colocamos pela luta das massas para arrancar o salário mínimo real do Dieese, que em março foi de cerca de 110 mil cruzeiros. A proposta do PDT não chegava nem a um terço do mínimo real.

Agora, o governo Collor pretende que o Congresso aprove uma nova regulamentação do salário mínimo, que perpetua e incrementa a miséria das massas. Será que o PT continuará a defender o abastecimento do mercado e o PIB às custas dos miseráveis?

## O REFORMISMO NOS SINDICATOS - OS "QUEBRA GREVES"

O ascenso grevista registrado em março/abril mostra que estavam colocadas, do ponto de vista da disposição dos trabalhadores, todas as condições para a realização de uma greve geral no país: a vigorosa greve dos portuários, que resistiram à repressão e chegaram a paralisar Santos, para barrar as 5.000 demissões e obrigar o governo a recuar; a combativa greve nacional dos petroleiros, que resistiu a todas as ameaças do governo e dos militares; as greves com ocupação das sedes dos governos estaduais no funcionalismo público; a radical greve de 6 dias dos trabalhadores em transportes em São Paulo, que paralisou 90% dos ônibus na cidade; a greve dos professores e do judiciário; as greves metalúrgicas que explodiram sistematicamente a partir da ocupação da Autolatina; etc. Todas mostram que só faltou uma iniciativa enérgica da direção cutista para que saísse a greve geral.

As greves foram isoladas e limitadas na sua radicalidade por uma ação consciente da direção do movimento. A direção da CUT (articulação), em particular, submeteu toda a possibilidade de greve ao chamado Fórum Anti-

recessivo, formado conjuntamente com as CGTs pelegas, Igreja, ABI, OAB, etc. e com objetivo de ser um protesto voltado a pressionar o Congresso Nacional. Desmarcou a greve do dia 15/03, e assim dispersou as paralisações, que acabaram em sua maioria derrotadas.

Agora, novamente, sob pressão do arrocho e desemprego, os trabalhadores saem à luta, mas carecem de um instrumento de centralização e unificação, que deveria ser a CUT, em fase de Congressos em todas as instâncias.

A capitulação da burocracia, num momento tão grave para os trabalhadores, mostra que é preciso lutar pela construção das direções de luta para os sindicatos e a CUT. Isso passa por estruturar as frações revolucionárias, em cada categoria e em toda a CUT, tendo por base o programa classista que permite colocar os sindicatos nas mãos dos trabalhadores, que só assim poderão utilizá-los como alavancas de suas lutas, e não como o freio que tem sido.

### SINDICATO DAS BEBIDAS

### RETRATO DA CORRUPÇÃO SINDICAL

A denúncia de corrupção econômica no Sindicato das Bebidas, comprovada tanto pelo dossiê, quanto pelo parecer da Comissão Operária de Investigação, deixa transparecer a que grau de burocratização tem chegado os sindicatos. Podemos generalizar a conclusão pela evidência comum, manifestada na maioria deles, de utilização da máquina sindical em benefício pessoal, que vai da prática dos empréstimos à utilização dos carros para outros fins. Porém, não só por isso. O fato da direção regional da CUT estar acobertando o escandaloso desfalque, sob a responsabilidade do presidente Agostinho e do tesoureiro Pedrão, e de inúmeros sindicatos cutistas estarem se omitindo se constitui na demonstração deste fenômeno. Há ainda um outro dado demonstrativo. Agostinho continua a receber apoio político de importantes líderes sindicais, para se livrar das comprovadas acusações e se manter à frente da direção do sindicato. Por exemplo, de sindicalistas dos plásticos.

As contradições são muitas. O presidente corrupto é membro público da Vertente Socialista, corrente interna do PT. E o responsável da CUT, destacado para acompanhar o processo de acusação e apuração, foi justamente o Sr. Luizinho, membro do Sindicato dos Plásticos e também figura de destaque da Vertente Socialista. Mesmo assim, os diretores (Genáro, Ambroziano e Natalício), que suporaram o tumor da corrupção, confiaram na honestidade do emissário da CUT. Porém, o resultado comprovou que não havia razões para tal confiança.

O Sr. Luizinho não só foi conivente com a desmarcação da assembléia do dia 27/3, que aliás foi marcada em sua presença, na assembléia anterior, em que foi exposta a acusação, portanto colaborando para a quebra do princípio de soberania da assembléia, como também participou da fajuta assembléia do dia 28/3, que modificou totalmente o conteúdo estabelecido, ou seja, o de apuração e aplicação de sanção aos delinquentes.

O mais grave é que a assembléia do dia 27 foi realizada, inclusive com um quórum maior do que a do dia 28, e comprovou a existência da malversação, concluindo assim pela expulsão dos dois gatunos. E a direção da CUT simplesmente ignorou o fato, a bem da preservação dos corruptos no aparelho sindical.

E qual tem sido a manobra de Agostinho e seus amigos? Esfriar a revolta ocorrida nas fábricas. Falsificar a prestação de contas. E quando tudo estiver "limpo", nos moldes das limpezas de qualquer corrupção burguesa, provar a sua cândida inocência (impossível). E não é improvável que decretem a expulsão dos seus acusadores, bem como a demissão da funcionária, que os denunciou em carta aberta à diretoria, há tempos atrás.

Já há indícios de que a gang vem pressionando e catequizando os membros da Comissão Operária para que declarem que o seu coordenador Lobão os enganou no parecer final, assinado de punho por todos eles e apresentado na Assembléia do dia 27, bem como divulgado no interior das fábricas. Mesmo a corrupção nos or-

ganismos do Estado burguês é mais discreta.

Chamou a atenção o fato do Sr. Valdeci, administrador do Sindicato ter emitido uma declaração de responsabilidade de rombo de cerca de 1 milhão e 800 mil, para, em seguida, inocentar Agostinho e Pedrão, entornando o caldo apodrecido sobre os denunciantes. Além de mau caráter, são maus falsificadores. Somente um estúpido não vê a trama dos comparsas do crime. A declaração de Valdeci é peça evidente da convivência gangsteril.

A pergunta que nos resta é se a direção da CUT vai continuar a pôr panos quentes sobre lamãna podridão, que envergonha o movimento operário. Em nossa opinião, as regionais, isto é, as bases, deveriam fazer um estudo dos dossiês, ouvir a Comissão Operária e tirar um julgamento próprio, para exigir seriedade da direção da CUT.

Conclamamos, também, que os militantes de base da Vertente Socialista tomem pleno conhecimento dos fatos e rechacem o silêncio de sua direção. Frente à corrupção econômica comprovada, nenhuma divergência política pode servir de escudo para tolerar a ladroagem. Se não for assim, a corrupção financeira é fruto da corrupção política, que tudo indica é grande entre a burocracia sindical e as esquerdas.

A defesa do sindicato independente e de massa e da democracia operária passa por combater a burocratização, em que a corrupção financeira é a mais alta expressão da ligação dos sindicalistas com a sociedade burguesa.

# OS CONGRESSOS DA CUT SOB O TACÃO DO GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR

Mais de 15 teses foram inscritas para o Congresso de Maio. Entre elas, se destaca, em primeiro plano, as da Articulação e Cut pela Base, por se constituírem nas maiores representações. Em segundo, como posição política, as da Convergência Socialista, Vertente Socialista, O Trabalho, Causa Operária e PCdoB. Em termos da defesa estratégica, Articulação, Vertente Socialista, Cut pela Base, O Trabalho e PCdoB se identificam com os objetivos do governo democrático e popular. Enquanto que Convergência Socialista e Causa Operária com o governo dos trabalhadores. A tese da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário é rigidamente clara na sua estratégia do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

A virtude das Teses está em não esconderem o problema estratégico no interior da Central, uma vez que, em certa medida, esta espelha a direção do PT e a influência das demais correntes. Tudo indica que o Congresso estará sob o signo do governo democrático e popular, ponto de união da maioria das tendências. Isto significa colocar a CUT na dependência da democracia burguesa e sob a influência dos objetivos eleitorais do PT. Por essa via, se tece os fios da conciliação de classe, pois a estratégia democrático-burguesa se contrapõe ao método primordial da

ação direta, à tarefa de unificação nacional das massas, à necessidade de aprofundar a polarização da luta de classes, contra o governo antinacional e o imperialismo e à de arguer um programa operário para a crise.

A Articulação, por ser uma força dirigente, é cristalina neste ponto chave. No item "Estratégia da CUT", analisa que a grande conquista política foi a polarização eleitoral do 2º turno (Frente Brasil Popular). E que a tarefa básica da situação é a de "construção coletiva de um projeto alternativo do campo democrático e popular", para "aprofundar a democracia", "formulando uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda".

No tópico "conjuntura nacional", avalia que "a democracia não está plenamente consolidada". Isto determina o plano de ação: 1) defesa do desenvolvimento econômico contra a recessão; 2) fortalecer o Fórum Anti-recessão; 3) defender um plano de desprivatização do Estado; 4) reforma agrária sob controle dos trabalhadores; 5) reforçar as instituições de caráter democrático; 6) reforma constitucional; 7) intervir nas eleições de 92 e 94. De conjunto, vemos que "aprofundar a democracia" significa não aprofundar a luta das massas.

As demais teses propõem medidas de luta diferenciadas, mas padecem da

submissão à estratégia do frente-populismo da Articulação. Criticam a Articulação por ter ido ao Pacto, porém não reconhecem neste fato uma das manifestações da política do governo democrático e popular. Isso explica a tremenda confusão e incoerência das teses mais à esquerda. Ora criticam um dos aspectos dessas manifestações, ora apoiam outras. A razão está em que divergem apenas quanto à tática, não ousando atacar a linha do governo democrático e popular.

Um exemplo flagrante é do "O Trabalho", que escumunga o pacto e se ajoelha perante o governo paralelo de Lula, que negocia o Entendimento Nacional com a Fiesp. A Convergência caracteriza o reformismo da Articulação por sua tática (Fórum e Pacto) e não pela estratégia, que determina a tática (materialização da estratégia). Causa Operária calou a boca quanto a sua posição anterior de que o grande erro da CUT foi não ter apoiado desde o 1º turno a candidatura de Lula. Esquiva-se determinar a estratégia pró-burguesa do PT, constituindo-se numa ala esquerdista do democratismo. A Cut pela Base reclama do Pacto, mas se reivindica do "projeto alternativo democrático e popular".

Desta forma, o grande problema deste Congresso é a falta de uma poderosa corrente revolucionária, que combata abertamente a linha democrático-burguesa e defenda a do programa da revolução proletária. Sem uma direção revolucionária, diametralmente oposta à reformista e centrista do governo democrático e popular, a CUT não poderá sequer cumprir o objetivo básico de centralizar nacionalmente as massas em torno das reivindicações elementares.

## JORNADA DE ESTUDOS DAS TESES

A T.POR realizou nos domingos 7 e 14 as primeiras discussões em torno das Teses. No primeiro dia, se estudou as teses da oposição têxtil/SP, defendida pela Tendência. No segundo, foi feita uma exposição objetiva dos pontos centrais das Teses mais representativas. Destacou-se nas da Articulação a linha democrático popular, bem como nas da Vertente Socialista, PCdoB e Cut pela Base. Demonstrou-se as divergências táticas para uma mesma estratégia. Quanto as teses da Convergência Socialista e Causa Operária, observou-se a aproximação destas correntes na defesa do governo dos trabalhadores e a mais completa omissão em relação à estratégia do governo democrático popular, o que os colocam no mesmo terreno da democracia, uns à direita e outros à esquerda. Constatou-se que O Trabalho e PCdoB rejeitam a ida ao Pacto, mas defendem o Fórum Antirecessivo. O mesmo ocorrendo com a CUT pela Base. O Trabalho chega ao ponto de embolear o governo paralelo do PT.

O problema das teses não está somente no que dizem, mas também no que calam. Quase todas se negam a caracterizar o governo Collor como pró-imperialista e ditadura civil, furtando-se colocar a tarefa de golpear a fundo sua política reacionária. Isso se passa também com a caracterização da crise mundial e com a ofensiva do imperialismo. Fecham os olhos para a necessidade de construir um amplo movimento antiimperialista (Frente Revolucionária Antiimperialista), a ponto de serem inconsequentes na defesa das estatais (ocupar as empresas).

Finalmente, analisou-se a importância da defesa de um programa de ação para se enfrentar o desemprego e a fome e a construção da greve geral, acompanhada da estruturação de uma rede de comitês de greve, centralizada por um comitê nacional, que expresse a aliança operário e camponês.

## EDIÇÕES MASSAS

Estão à venda:

O Reformismo do PT e a falência das Esquerdas

Teses para os Congressos da CUT

A Burocracia Sindical (Política pró-burguesa nas organizações operárias)

Publicações Massas do POR boliviano

# GREVE NOS TRANSPORTES EM S.P.

A greve dos trabalhadores em transporte esteve marcada pela séria contradição da Prefeitura ser governada pelo PT e o sindicato dirigido também pelo PT. Uma semana antes, na CUT regional, a diretoria do sindicato afirmava que a greve na CMTC não sairia. Esta previsão, na verdade, indicava que muito menos nas particulares, onde o grau de organização é menor. Evidentemente, de posse de tal análise, a direção não poderia estar organizando a fundo o movimento grevista, pois não havia vontade política para isso. Ocorre, entretanto, que as comissões de garagem, reforçadas após a experiência da greve anterior de 3 dias, não só prepararam a luta, como pressionaram o sindicato a dar um passo à frente. Esta foi a razão do ascenso grevista, nos transportes coletivos, ter sido o resultado da enorme pressão das bases. Tanto é que foi a maior greve, parando 90% da frota. Somente em empresas ultradesorganizadas, como a Tusa e Santa Brigida, os patrões conseguiram furar o movimento.

No caso da CMTC, a greve se potenciou com a saída da Prefeitura, pouco antes, sobre algumas lideranças, chegando a demiti-las. Há que se considerar o importantíssimo fato dos trabalhadores em transporte terem paralisado a zona sul no dia 15, transformado pela CUT em dia de protesto.

Frente à intransigência da prefeita petista, de um lado, e da monumental pressão grevista, de outro, a direção do sindicato foi obrigada a assumir a luta. Entretanto, por suas posições anteriores, não pôde

aproveitar a extraordinária disposição dos trabalhadores e travar a luta política aberta contra a administração petista, que se pautou pela utilização dos mecanismos de repressão estatal.

O setor de transporte é estratégico, econômico e politicamente, para a burguesia. Por isso, esta exerce um enorme controle repressivo e joga pesado para evitar a greve, e principalmente seu prolongamento. A vitória do movimento era questão de tempo. Haveria que suportar os ataques repressivos. O problema político estava em organizar em torno da greve um amplo apoio dos sindicatos cutistas e da própria CUT.

A organização dos comitês de luta poderiam sustentar os ataques sofridos pelo movimento. Por outro lado, haveria que responsabilizar politicamente o PT pelo método repressivo, uma vez que a Prefeitura está sob a sua direção. O artifício de separar a gestão de Erundina do partido só serve para acobertar a conivência. A ausência de uma contundente resposta da direção da CUT e dos sindicatos a ela filiados, frente à posição patronal da prefeita, resulta da mesma política que os une em torno do PT.

Fora outras considerações, esta também é a fonte da vacilação inicial e da constante fraqueza da direção do sindicato. Por isso, a grande lição desta greve, que por 6 dias pôs em desespero a Prefeitura e a burguesia, foi o valor classista das comissões de garagem, que demonstraram independência frente à direção sindical e à "Prefeitura Popular"

## "GESTÃO POPULAR" REACIONÁRIA

A própria direção do sindicato, disposta à conciliação com a Prefeitura, pôde sentir na pele o que é a "gestão popular". Erundina se negou até mesmo a negociar (falamos da direção da CMTC). Já no segundo dia de greve, colocou-a para ser julgada "abusiva", como aliás tem sido a maioria delas em todo país. De posse do parecer da justiça burguesa, ameaçou com a demissão e repetiu o espetáculo de convocação dos desempregados para preencher as vagas. Completou o quadro, utilizando-se da repressão policial. Porém, não deixou de inovar os meios antigreves, lançou mão de uma "ação comunitária" para poder, por dentro das garagens, incentivar os fura-greves e ameaçar a firme maioria.

Assistimos a um fabuloso cerco político-repressivo, digno de um bom estrategista da burguesia. E um fato fundamental está em Erundina legitimar a nova invenção do Estado burguês, exigindo a volta de 30% dos grevistas, como ocorreu com os petroleiros. (Inclusive, frente a tal

aberração, a direção sindical chegou a vacilar ao aceitá-la, desde que com as catracas livres aos passageiros, felizmente rechaçadas pelos grevistas e não aceita pelos patrões). Um dirigente petista da alta cúpula, ao se colocar neste terreno, se aliou com a burguesia, que qualifica de setores essenciais na lei antigreve, para defender a ordem capitalista contra os assalariados.

### PT, RESPONSÁVEL PELA GESTÃO POPULAR

Os militantes petistas não compreendem a razão de tanta ambiguidade e contradição do PT. Como é que um partido que se reivindica dos oprimidos pode aturar que seus dirigentes, vinculados ao Estado, exerçam tamanha violência? Agora mesmo, depois da greve, a Prefeitura abriu uma sindicância na CMTC para caçar as lideranças. Seu objetivo é atingir, no coração, as comissões de garagem, que fizeram de

fato a greve. Nem mesmo a intermediação de José Dirceu e a pressão da diretoria do sindicato, para que se suspendam as perseguições políticas, tiveram êxito!

Em plena greve, a direção nacional timidamente lançou uma nota exortando à conciliação. Mesmo dando 50% de razão à Erundina, não foi ouvida. A que se deve tudo isso? Será que há muitos PTs?

Não, há apenas um, o PT da estratégia do governo democrático popular, que tem por objetivo administrar o capitalismo em crise por intermédio de reformas. Na impossibilidade de reformá-lo, as administrações, misticamente chamadas de populares, estão obrigadas a descarregar a crise sobre as massas e reprimi-las em sua revolta. Por isso, não se pode ter nenhum temor em qualificá-las de pró-capitalistas, sob pena de traír os oprimidos. O PT sustenta a gestão Erundina, assim é o responsável por toda repressão. Esconder essa responsabilidade é mentir e traír.

## FORÇA SINDICAL, FORÇA PATRONAL

A estruturação da Força Sindical, capitaneada por Luiz Medeiros, é o resultado do fracionamento da burocracia pró-capitalista e pró-imperialista das CGTs. Trata-se, primordialmente, de um racha surgido da disputa de liderança direitista entre Magri, Medeiros e Joaquinção. Todos se caracterizam por submeter os sindicatos diretamente ao Estado capitalista. E refletem as posições do sindicalismo dirigido pela burocracia imperialista norte-americana (AFL-CIO).

Um dos pontos básicos da FS é o de dividir a classe operária e combater a CUT. Para isso, conta com o apoio total do governo Collor. Utiliza-se do farto dinheiro à sua disposição, para arrematar os sindicalistas, como acaba de ocorrer com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (Pará), que ganhará carro, telefone, etc. A força Sindical só evoluirá caso a direção da CUT continue a praticar os mesmos métodos do sindicalismo de resultados e se embrenhar no Pacto Social. Este é o grande perigo.

### DEBATE NA CUT OESTE

## A SAÍDA PARA O MOVIMENTO SINDICAL

Realizou-se, nos dias 2 e 3 de abril, na Cut Zonal Oeste (Lapa-SP), o debate sobre o tema "A saída para o movimento sindical". Os expositores do 1º dia foram: Paulo Scromov (MTM), Augusto de C. (Articulação), Rui Pimenta (Causa Operária) e Juarez Guimarães (Democracia Socialista), e no 2º: Fransico Chagas (Vertente Socialista) e Erson de Oliveira (T.POR). A discussão visava a defesa das teses para os congressos da CUT.

### 1º. Debate

O centro de discussão acabou girando em torno da avaliação da Articulação de que o acontecimento que marcou até hoje a conjuntura foi a polarização eleitoral entre Collor e Lula, porque os 30 milhões de votos da Frente Brasil Popular viabilizaram a alternativa do governo democrático e popular. Onde estaria então a chave da situação? Justamente na necessidade de potenciar o campo democrático e popular. Tarefa essa não cumprida pelas direções, que não souberam capitalizar os ganhos e levá-los para os locais de trabalho. Em resposta, as correntes se limitaram a fazer críticas estritamente táticas. Paulo Scromov, aparentemente, foi o único a se delimitar estrategicamente ao analisar que há uma confusão de idéias em torno do socialismo e que a solução seria retomar as bases socialistas do PT e defendê-las na CUT. Dizemos, aparentemente, porque Scromov não rechaçou a linha do governo democrático e popular, fonte estratégica do reformismo. Causa Operária concentrou a crítica no pacto social e desenvolveu o raciocínio abstrato sobre a necessidade da independência de classe. A Democracia Socialista chegou ao cúmulo de responsabilizar as massas pelas

dificuldades de mobilização e defender a luta pela democracia radical.

A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T.POR) interviu no debate rechaçando a linha eleitoralista e do governo democrático popular. Responsabilizando o reformismo petista pela desorganização do movimento de massa e paralisia da CUT. Demonstrou que a substituição do método da ação direta pelos Fóruns Anti-recessivos, cretinismo parlamentar e pacto social decorre da política de conciliação do governo democrático e popular. Concluiu pela necessidade de pôr as massas na rua contra a ofensiva de miséria de Collor, organizando a greve geral. E fez a defesa da construção do POR.

### 2º. Debate

O expositor da Vertente Socialista analisou três aspectos, que julgamos essenciais: 1) A tarefa de ampliar as forças do campo democrático e popular; 2) A necessidade dos petistas se unificarem em torno de uma linha sindical; 3) A crise do movimento socialista.

No primeiro, Chagas desenvolveu a teoria da conquista da hegemonia popular, que significa combinar a via institucional do poder com a organização autônoma da sociedade civil. Na realidade, trata-se de uma variante da estratégia eleitoral-populista do governo democrático e popular, oposto à luta revolucionária pelo poder. Na segunda, a VS avaliou que as correntes do PT não podem mais se dividirem externamente. Tudo indica que esta virada da VS é ditada pela necessidade do PT disciplinar burocraticamente as correntes internas de esquerda, submetendo-as mais ainda ao bloco Articulação, VS e Nova Esquerda. O que nos interessou

foi, no 3º ponto, a curiosa conclusão de que há uma crise do movimento socialista, que implica numa profunda revisão do pensamento político no Brasil.

Segundo Chagas, esta tarefa começa por se diferenciar da socialdemocracia e do comunismo real. Porém, ocorre que acaba por confundir o estalinismo com o leninismo, e o socialismo com a socialdemocracia. Neste ponto, rebatemos afirmando que o que há é a crise do estalinismo e não do socialismo revolucionário (marxista-leninista).

Mas a Vertente Socialista não pode entender esse fenômeno extremamente salutar para o marxismo, porque a defesa da estratégia do governo democrático e popular e da aliança com os partidos democráticos burgueses, em torno do fortalecimento das instituições democráticas, vem justamente do estalinismo; é a concepção de fundir o poder institucional democrático do Estado burguês com a organização da sociedade civil vem da socialdemocracia.

Em nossa exposição, enfatizamos os seguintes pontos: 1) A caracterização do governo Collor de antinacional e Antipopular; 2) A linha de recolonização do imperialismo; 3) O ascenso grevista como o eixo fundamental da situação; 4) O papel de freio do reformismo. Fizemos a crítica estratégica do PT e concluímos pela necessidade de pôr em pé um movimento centralizado das massas, defendendo o salário mínimo real com escala móvel como espinha dorsal das reivindicações, e transformá-lo num movimento antiimperialista e contra o governo Collor, que coloque a ocupação dos estatais, a formação dos comitês de luta, a aliança operária e camponesa e fim de todo entreguismo.

## SINJESP DURAS CRÍTICAS A CONVERGÊNCIA

Alguns diretores do Sinjesp e militantes de base lançaram um documento de avaliação da greve de 20 dias, em que analisam o isolamento e a responsabilidade da Convergência Socialista. Afirmam: "Embora se diga que a greve não decolou, ou outra coisa do gênero, a verdade é que nada foi feito para que a luta se generalizasse. Ao contrário, o setor majoritário da diretoria (Convergência Socialista), que dizia defender greve para o dia 15, junto com o 'ia de protesto chamado pela CUT, chegou a trabalhar abertamente contra a luta".

Em outra passagem, denunciam a manobra distracionista: "No que diz respeito à necessidade de unificação da luta com o restante do funcionalismo, esse setor da diretoria, embora se dizendo defensor da unidade, era o mesmo (militante da CS) que já, na Apeoesp, defendia o fim da greve dos professores, enquanto o judiciário ainda permanecia em greve".

Os dois fatos assinalados pelo documento, sem dúvida, desmascaram a política ambígua desta corrente centrista. Quem não sabia que, no dia 15, nada iria acontecer? Subordinar a greve dos judiciários a uma miragem era boicotá-la! E quanto à Apeoesp? Enquanto no judiciário a CS aconselhava a esperar a greve da Apeoesp para sair unificados, na Apeoesp (em plena greve dos judiciários), a CS se unia à Articulação para defender o fim do movimento. Tanto a luta do dia 15, quanto a greve da Apeoesp não saíram por

obra da Articulação, com quem a CS se aliou no dia 22 para quebrar o movimento docente. No dia 15, aparentemente estava contra a atitude da Articulação em desmobilizar; no dia 22 estava com a Articulação, para desmobilizar. Este é o jogo centrista.

A determinação política de uma direção é decisiva para o desenvolvimento da greve. A CS não a teve, o que bloqueou a luta política pela unidade grevista de todo o funcionalismo. Quando o documento de crítica diz que nada foi feito para quebrar o isolamento, reflete a atitude negligente e manobrista da CS contra a greve.

Embora o documento apresente uma linha de trabalho para reestruturar a luta, não chega ao ponto central, isto é, à tarefa de organizar a oposição classista. O que significa ajudar os trabalhadores a esgotar suas experiências com o esquerdismo centrista. Para isso, a oposição terá de compreender a fundo o caráter oportunista da CS, que tem sua origem na negação da estratégia da revolução proletária, da construção do partido operário revolucionário e na adaptação ao reformismo eleitoralista do PT.

Como é que os trabalhadores do judiciário poderiam exigir a unidade grevista do funcionalismo e arrancar a reivindicação de 496,42%, mais a suspensão de todas as punições da greve anterior de 50 dias, tendo à sua frente tal direção? A construção de uma fração revolucionária no Sinjesp está colocada.

## A MOBILIZAÇÃO DA PM

A entrevista do Tenente-Coronel Albino Paselli do dia 10 de abril, antes de ser um fato isolado, se insere numa série de mobilizações dos policiais. Desde a semana anterior, na zonal Leste paulista, toda a tropa de ronda (tático Leste) estava realizando operações tartarugas, não atendia às chamadas por rádio. No dia 12, houve uma paralisação de duas horas.

A razão para estas mobilizações é de ordem salarial. O estágio da crise capitalista impossibilita que se dê um salário, que aos menos reponha as necessidades básicas, mesmo para a tropa de repressão da burguesia.

Na entrevista, Paselli traz à tona uma série de denúncias sobre as mordomias do alto comando da PM, uso de carros com chapas frias (330 Santanas e Flats), 660 motoristas para uso exclusivo dos coronéis, manutenção de policiais a serviço exclusivo dos ex-governadores, ex-secretários de estado, ex-parlamentares, além das torturas realizadas pelo SR3 (serviço reservado, corregedoria da PM) aos policiais que pensam de modo diferente do Alto Comando. A repressão política é tal que os oficiais opositores são transferidos para o Estado Maior Especial, recebendo seus soldos normalmente, mas não exercendo função alguma.

Para se evitar a agitação sindical entre as tropas, o comando fez uma vistoria em todos os quartéis, intimidando e humilhando os policiais rasos, que, sob intensa chuva, foram obrigados a cantar o hino da corporação.

É conhecida a profunda corrupção existente nos meios policiais, pois é uma forma de decompor os soldados, que, por força da crise e do choque constante com as massas grevistas, tendem a se politizar. A corrupção é própria dos organismos de repressão, o que não o é a elevação da consciência da exploração a que estão sujeitos. É sua função sustentar o sistema capitalista decomposto.

Os soldados que se revoltam contra o miserável salário, utilizando-se do método grevista da classe operária, terão também de se opor à opressão política. A repressão desencadeada pelo Alto Comando demonstra a contraposição deste em relação às tropas, não só salarial, mas também na relação com o poder do Estado capitalista.

Objetivamente, se coloca a defesa do direito à organização sindical das tropas, liberdade de organização, manifestação e publicação. Os soldados terão de levantar um programa de reivindicações democráticas, contrapostas ao totalitarismo do comando, entre elas a da eleição direta de todos os postos de comando, com revogabilidade de mandato por aqueles que elegeram.

Este programa democrático só pode ser defensável caso faça parte da luta do proletariado contra toda forma de opressão social, política e militar. Portanto, do objetivo de pôr fim aos instrumentos de repressão do Estado capitalista e armar as massas.

## REVOLTA NO LARGO 13 DE MAIO

Foram necessários 200 policiais, utilizando da violência que lhes é própria, para acabar com o protesto e revolta da população na Zona Sul. Uma pequena manifestação contra a má qualidade do transporte coletivo, repentinamente, se transformou em movimento de massa. A passeata, espontaneamente, explodiu contra a

escassez de coletivos. Com, pedras, paus e o que tivessem nas mãos, as massas arrebentaram cerca de 60 ônibus. Do quebra-quebra, os populares passaram para o saque de lojas.

O levante só foi controlado depois da ocupação do Largo 13 de Maio pela tropa de choque, que deixou

vários feridos e efetuou algumas prisões. Estes acontecimentos são próprios da situação de fome e desespero das massas. Indicam o profundo descontentamento, que deve ser transformado em movimento organizado e consciente contra o governo e os capitalistas.

## FRIOS : RECESSÃO APERTA, A LUTA SE IMPÕE

A recessão está batendo forte na categoria. No último dia 8/4, foi concedida a concordata ao Frigor Eder, que sistematicamente vem atrasando os salários dos funcionários. A Frigobrás, Osasco (Comabra) e a Perdígão Utinga têm demitido centenas de trabalhadores. O Frigorífico Bordon está fechando sua unidade em Presidente Prudente, já demitiu 72 funcionários e deu aviso prévio para outros 300.

Diante dessa situação, pouco tem sido feito pelo Sindicato. Sob o controle de Causa Operária, o sindicato tem sido incapaz de enfrentar as demissões, porque sua direção não consegue impulsionar as tendências à radicalização presentes na classe.

Na Perdígão Utinga, os trabalhadores são demitidos sem que o sindicato tenha movido uma palha. No Eder, os trabalhadores chamaram a direção e esta propôs uma ocupação parcial de fábrica, com gerenciamento (co-gestão) pelos trabalhadores e sindicato. Causa Operária revela não ser capaz de impulsionar as tendências à radicalização presentes na classe.

So há um jeito de barrarmos o facão dos patrões: ocupando ativamente a fábrica (controlando até mesmo quem entra e sai na empresa, acampando dia e noite na fábrica), mas tendo claro que será preciso resistir à opressão patronal e policial, organizando a auto-defesa. E que as lutas isoladas têm pouca perspectiva de vitória: é preciso que se coloquem no rumo da greve geral por tempo indeterminado para enfrentar Collor e barrar as demissões e o arrocho.

### A DEMOCRACIA OPERÁRIA DEVE SER DEFENDIDA PELA CUT

Temos denunciado o fato da diretoria do Sindicato dos Frios ter excluído da direção a sindicalista Hilda, de forma completamente arbitrária. Tanto a razão em que se baseou a diretoria, quanto ao método foram irregulares. Por outro lado, a degenerescência da direção dos Frios é real, a ponto desta não se reunir desde dezembro, de maneira que o Sindicato está a mercê de um grupinho, que faz e desfaz.

Defendemos, sem dúvida, a revogabilidade do mandato, porém por aqueles que elegeram, representados na Assembléia Geral. O grupo do Sr. Carlito pisoteou este princípio básico da democracia operária ao destituir Hilda por razões de ordem ideológica, mas aradas pela questão do pagamento do empréstimo, que se mostrou falso.

Consideramos que a CUT deve apoiar as seguintes exigências da oposição "Ação Direta": 1) Levar o problema para a classe; 2) Convocar a Assembléia; 3) Formar uma Comissão Operária Idônea; 4) Reconduzir Hilda à direção desde já; 5) Apurar acusações de aparelhamento contra o grupo do Sr. Carlito.

Ligado a isso, está a defesa da liberdade de crítica e oposição no interior do sindicato. Fora dessas condições, não pode haver democracia sindical.

### Acordo na Comabra: Sindicato tira sua comissão do minguado salário do trabalhador

No mês de março, o Sindicato dos Frios fechou um acordo com a Frigobrás Osasco (ex-Comabra) para o pagamento dos direitos trabalhistas e salários atrasados de seus funcionários, prejudicados com o fechamento da empresa há mais de 2 anos.

O acordo prevê: 1) pagamento de 65% dos direitos corrigidos monetariamente e 2) Desconto de 10%, favorecendo o sindicato, a títulos de "honorários". Assim, os trabalhadores pagam a burocracia 3 vezes. 1) No pagamento da mensalidade sindical; 2) no assistencial e 3) no imposto que são descontados de todos os trabalhadores. Com esse dinheiro, o sindicato paga o advogado que tem a obrigação de defender juridicamente os membros da classe.

Contra mais esse abuso, os trabalhadores devem defender a devolução do dinheiro e a punição dos diretores responsáveis pela falcatrua.

### CAUSA OPERÁRIA PARALISA DIREÇÃO SINDICAL

Há 4 meses a diretoria do sindicato dos Frios não se reúne. Vários diretores já fizeram acordo com as empresas e preferiram abandonar o sindicato.

A desintegração da diretoria dos frios é mais um produto da burocratização e do aparelhamento do sindicato por Causa Operária. Com a eliminação da democracia operária, essa corrente dissolveu a direção eleita pela classe e "dirige" o sindicato desde fora. Aqueles que não concordam com sua linha (mesmo que não tenham a clareza necessária para se opor) são atacados de todas as maneiras: cortes nos salários, boicote de material (boletim) e até agressão física.

Essa corrente chega ao ponto de condicionar a sobrevivência de um diretor, sob ataque patronal a que seja uma marionete em suas mãos. Alguns diretores ainda estão sob a ameaça de corte de salários, e tudo depende de seu posicionamento político!

O instrumento mais utilizado para o encabrestamento político nos sindicatos tem sido a utilização dos empréstimos mensais (substitutos dos salários), feitos aos diretores afastados das empresas. A burocracia se utiliza dos mesmos para corromper a

militância e discipliná-la politicamente.

Mas o alto grau de burocratização do sindicato chegou a um ponto onde nem mesmo esses métodos permitem um funcionamento formal da diretoria, sem colocar em risco o aparelhamento por Causa Operária. E o que fazem os burocratas? Boicotam as reuniões da diretoria.

O aparelhamento do sindicato anula o seu caráter de frente única dos assalariados e os arranca de suas mãos. Bloqueando o desenvolvimento da democracia operária, Causa Operária tornou o sindicato em aparelho desvinculado da classe e fora do controle das bases. Desta forma, o sindicato não é instrumento de luta (não é capaz de organizar, centralizar e impulsionar a classe), perde a transparência das finanças (e abre caminho para a corrupção política e econômica) e mesmo se desagrega.

A única forma de lutar contra isso e restaurar o funcionamento do sindicato é a defesa da democracia operária, princípio fundamental para construir o sindicato como instrumento de luta, conforme o programa difundido na campanha eleitoral que elegu a atual diretoria, e que foi abandonado por Causa Operária.

## APBOESP POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

A direção do sindicato dos trabalhadores em Educação (Articulação) juntamente com a Convergência Socialista, trabalhou a fundo para que a classe permanecesse desmobilizada à mercê da política governamental. Desde o início do ano letivo, vem convocando assembleias e paralisações de um dia, sem nenhuma perspectiva de greve. Aprovou-se a palavra de ordem: construir a greve ou estado de greve, marcou-se um prazo para o governo, acabou-se o prazo, deflagrou-se uma greve e suspendeu-se no prazo de 48 horas, deu-se mais trégua para Fleury e, agora, defendeu-se que era necessário, primeiro, levantar o ânimo da categoria, o que significa investir na mídia (propaganda grevista pela TV, rádio, jornal da grande imprensa, etc).

Isto tudo acontece no momento em que os docentes sofrem o mais brutal arrocho. Estão com o salário congelado desde novembro, com perdas de mais de 200 % (somente no último governo), o piso salarial de 33 mil cruzeiros e com a proposta do governo de somente 11% de reajuste, a receber no dia 25 de abril.

Nas duas últimas assembleias, uma parcela significativa de professores reagiu a essa política e votou pela

greve imediatamente. Rechaçando, portanto, a política de trégua ao governo e aplaudindo as propostas de unidade de todo o funcionalismo para enfrentar o governo entreguista. No dia 11 de abril, esta proposta conseguiu quase dividir a assembleia. Eram muitos os votos dos professores e funcionários que gritavam por "greve já" e repudiavam o discurso conciliador da direção.

A Convergência Socialista (uma corrente que se diz trotsquista) se embocou com a diretoria do sindicato (Articulação, ala majoritária do PT) e acusou a T. POR de irresponsável por defender a greve e se inflamou ao pedir para que a classe desse mais tempo ao governo (trégua). Quanta capitulação!

Dia 3 de maio haverá nova assembleia, há que se romper a trégua do governo, que aplica a política entreguista de Collor. Para isso, é necessário formar desde já os comandos de mobilização unificados (com a saúde, judiciário, etc), realizar as assembleias nas escolas, nas regiões, convocar os alunos e pais a defenderem o ensino público e na assembleia geral deflagrar a greve por tempo indeterminado.

## SECURITARIOS CRESCE A FORÇA DA OPOSIÇÃO

Um fato que chamou a atenção foi a tentativa da diretoria totalitária do Sindicato de se adaptar às pressões da situação política, marcada pelo ascenso grevista em toda parte. A pergunta que se coloca é até quando a camarilha conseguirá manter as massas distantes do Sindicato. É provável que este dilema esteja martelando a cabeça do assessor Juarez, formado na escola do PCdoB. Por essa razão, se fez uma tentativa de "abertura" do sindicato para a classe, mas de maneira ultracontrolada, limitada e temerosa. O que indica que os burocratas receiam ter de abrir muito mais, se não o fizerem sob controle, isto porque a pressão da luta de classes é maior do que a capacidade aparelhista dos totalitários.

Na última campanha salarial, a diretoria levantou a bandeira de "campanhas salariais estratégicas", que não significa outra coisa senão confinar a "luta" por empresa e obter migalhas, se possível, sem nenhum protesto dos trabalhadores. Surpreendentemente, admitiu formar um comando de mobilização (isto por pressão da oposição securitária). Entretanto, nem bem a campanha ameaçou chamar a atenção dos assalariados e colocar a unidade de toda base, os totalitários

retrocederam às posições anteriores, recendo perder o controle da direção para a oposição, que logo se instalou no comando e assinalou o caminho da luta grevista.

Os burocratas, apressadamente, bloquearam o trabalho do comando, que apenas embrionariamente se constituía como possibilidade de direção. Em seguida, obtiveram da Continental a demissão de um membro destacado do comando, procurando reprimir exemplarmente as atitudes classistas.

Esta experiência demonstra que a "abertura" dos totalitários é perigosa para sua existência. Por outro lado, não têm como manter por muito tempo inalteradas as relações ultraburocratizadas. Tudo vai depender do trabalho consistente da oposição e da elevação da consciência da vanguarda, que começa a se reestruturar, depois da bancarrota da antiga semi-oposição, dirigida por Causa Operária.

Os primeiros resultados do trabalho persistente e programático dos militantes poristas na oposição já se fazem sentir com a pseudo abertura de Juarez. Todo problema reside em conseguir estruturar a oposição em cada empresa, organizando os círculos de militantes, que se constituirão numa fração revolucionária no sindicato.

## INTERNACIONAL

BOLÍVIA

## AMADURECE A SITUAÇÃO PRÉ-REVOLUCIONÁRIA

(extraído do Jornal Massas)

Já faz alguns meses que a situação pré-revolucionária pugna por transformar-se em uma francamente revolucionária, isto de maneira contraditória, com avanços e recuos. Os sintomas que se apresentam na situação atual nos permitem concluir que estamos diante do iminente estouro de uma situação francamente revolucionária.

Os explorados vêm protagonizando novamente múltiplos conflitos setoriais que tendem poderosamente a transformar-se em um grande conflito geral, que ponha em xeque o futuro do poder político. Os eixos centrais da mobilização são a luta pelo pão, pelo salário, que seja suficiente para preencher a cesta básica familiar (salário mínimo vital com escala móvel), e contra a privatização que quer impor o governo a todas as empresas estatais, entregando-as ao capital financeiro internacional.

A isso se soma a luta camponesa, para evitar a erradicação militar das plantações de coca que o imperialismo exige se realize imediatamente. O grau que alcançou a radicalização dos explorados, seu repúdio ao parlamentarismo e sua superação das ilusões democráticas são os fatores mais importantes da situação atual.

O nível de decomposição da classe dominante, do poder central, dos partidos da burguesia é muito profundo e serve como alavanca propulsora da luta atual. Apesar dos acordos firmados entre governo e oposição, o conflito de poderes seguirá se desenvolvendo com o choque cada vez mais agudo entre oposição burguesa (MNR, MBL, CONDEPA, etc) e o governo central; a pugna interna entre os partidos governantes é cada dia mais evidente e ameaça estourar a qualquer momento; os permanentes choques da empresa privada com o governo; a atitude conspirativa do imperialismo, que está por detrás de tudo o que faz e diz a oposição burguesa, comandada por Goni, são todos sintomas evidentes da situação que vivemos na atualidade.

Lenin dizia que uma situação revolucionária se dá quando os de baixo não querem seguir vivendo como dantes e os de cima já não podem seguir governando como no passado. O quadro que representa a Bolívia, no momento atual, mostra que a situação pré-revolucionária amadureceu para passar a uma situação francamente revolucionária.



# **POR UM 1º DE MAIO ANTIIMPERIALISTA E ANTICAPITALISTA ABAIXO O GOVERNO PRÓ-IMPERIALISTA DE COLLOR**

## **POR UM GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS**

O capitalismo está em franca desagregação econômica no mundo inteiro. Na América Latina, a sua putrefação tem levado os países semicolônias a regredirem e aprofundarem o atraso das estruturas produtivas. Particularmente, no Brasil, há mais de uma década entrou em decadência crescente. São marcas desta situação a falência financeira dos estados, a explosão inflacionária, o descontrole monetário, a queda da taxa de investimentos, o impasse da agricultura e a quebra de forças produtivas, via recessão. Ressaltam, neste descalabro, a função parasitária do grande capital, a ampla corrupção existente por todo aparelho estatal e a monumental concentração de propriedade e riqueza nas mãos dos 10% mais ricos.

Sobre essa realidade atua o imperialismo, utilizando-se do endividamento externo, das relações do mercado mundial, da exploração direta do país e, agora, da exigência de maior desnacionalização da economia, para saquear e se proteger da crise estrutural em marcha. A bancarrota das semicolônias se dá, portanto, sob a intensificação da opressão nacional.

Eis as razões por que a miséria das massas se generalizou e se aprofundou. Eis as razões pelas quais o Brasil se acha mergulhado numa de suas maiores crises sociais. Sob a ditadura militar cresceu a pobreza, sob o regime pseudo-democrático mais ainda.

Com o governo pró-imperialista de Collor, implementa-se a estratégia de recolonização do imperialismo e se comprime os salários a ponto de, juntamente com o desemprego maciço, decretar a pobreza absoluta a milhões de assalariados. Neste 1º de maio, os trabalhadores terão o mais baixo salário mínimo de todos os tempos, o que reflete a superexploração em grande escala. É por isso, também, que chegam no 1º de maio com os índices mais alarmantes da barbárie capitalista, como a mortalidade infantil, doenças endêmicas, analfabetismo, milhares de sem-teto, crescente marginalidade, crianças abandonadas, os assassinatos de adolescentes e crianças em grande número, etc.

Em resposta, as massas vem protagonizando grandes lutas. As greves estouram constantemente. As ocupações de terras no campo e na cidade se avolumam, ganhando estatura de verdadeiros movimentos sociais. Mesmo assim, o governo, o Estado e os capitalistas continuam a golpear fundo as condições de vida. Para isso, tem se utilizado da violência policial, dos assassinatos no campo, da legislação antigreve e, principalmente, da colaboração da burocracia reformista e direitista, que controlam as Centrais e os sindicatos.

Com a determinação do governo e a conivência dos partidos democratizantes de manter no chão o salário-mínimo, golpear a aposentadoria, acabar com a estabilidade do funcionalismo e privatizar os serviços públicos, teremos um agravamento da crise social muito superior.

Essa grande ofensiva antinacional e antipopular

demonstra que a burguesia não pode sustentar minimamente seus escravos. O sistema econômico que dirige caducou historicamente. Contrapõe-se frontalmente à existência dos assalariados, que dele dependem para sobreviver. Está na fase de reação em toda linha.

O proletariado terá de redobrar seus esforços para combater a ofensiva imperialista e capitalista. Em defesa do salário mínimo real com escala móvel dos salários, reposição de todas as perdas, estabilidade com escala móvel do emprego, seguro-desemprego igual a um salário mínimo real, terra, moradia, saúde e educação, as massas deverão cobrir o país de comitês de luta, centralizado num comitê nacional de aliança operária e camponesa e amadurecer as condições para a greve geral por tempo indeterminado.

Este é o ponto de partida para se levantar um movimento de maioria nacional antiimperialista e anticapitalista, que defenda as estatais, levante a bandeira de nacionalização sem indenização dos ramos fundamentais da produção, do sistema bancário e do grande comércio. Que se apóie na tarefa de libertação nacional e entrega das terras aos camponeses pobres. Que lute por destruir o poder caduco da burguesia e implantar o governo operário e camponês, através da revolução e ditadura proletárias.

Se o capitalismo se desintegra e a burguesia sacrifica a maioria, a tarefa estratégica do proletariado é a de transformar as relações de propriedade, através da luta de massa pelo poder político e econômico. O governo operário e camponês poderá unir em torno de si as amplas massas contra o imperialismo e colocar a economia totalmente a favor dos interesses populares (emprego, salário, moradia, etc). A independência nacional, erradicação dos latifúndios e a expropriação dos ramos chaves da economia darão um salto nas forças produtivas, sob o planejamento e controle das massas organizadas em torno da aliança operário e camponesa. Fora dessa solução revolucionária, só resta a contra-revolucionária do imperialismo. O reformismo é impotente frente à monumental crise estrutural.

O grande obstáculo histórico do proletariado está na ausência de um partido revolucionário, enraizado nas massas e compenetrado da vida nacional (e internacional). A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário chama a atenção dos trabalhadores para este problema estratégico, uma vez que o PT já comprovou ser um partido reformista, portanto, incapaz de dirigir a luta antiimperialista e anticapitalista. Hoje, o PT já é parte da crise de direção, joga um papel de trava à construção do programa e do partido revolucionário.

Trabalhadores, abracemos a luta pelo fim do governo pró-imperialista de Collor, defendamos o governo operário e camponês, construamos o Partido Operário Revolucionário, defendamos as reivindicações vitais e organizemos a greve geral por tempo indeterminado.

# PELA AUTODETERMINAÇÃO DOS CURDOS E EXPULSÃO DO IMPERIALISMO DO GOLFO PÉRSICO

Imediatamente após a derrota do Iraque, explodiu, no sul, a revolta dos Xiitas e, no norte, dos Curdos. O governo de Saddam Hussein ficou espremido entre a pressão do imperialismo vitorioso e a guerra civil interna. Por parte dos Xiitas, ficou claro que o levante foi motivado pela casta dos aiatolás fundamentalistas, que se aproveitaram do enfraquecimento do governo ditatorial de Saddam. Inclusive, tanto as lideranças curdas, quanto xiitas reclamaram do auxílio direto das forças imperialistas, que praticamente ocupam uma faixa do território iraquiano no Sul.

Os EUA se limitaram, por enquanto, a ameaçar intervir caso Saddam se utilize de armas letais (químicas, etc), uma vez que consideram perigosa a formação de um novo poder fundamentalista, patrocinado pelo Irã, que recriaria nova situação de conflito no Oriente Médio. Mesmo assim, é evidente que a CIA, através de alguns países da região (Turquia, por exemplo) é responsável pelo incentivo da revolta, pois, a desestabilização interna de Saddam é necessária para que se criem os meios para um golpe militar, originado nas próprias fileiras do Baath (Partido de Hussein).

George Bush, por várias vezes, lançou apelos à cúpula militar para que se livrasse de Hussein, oferecendo concessões aos derrotados de guerra. A derrubada do governo, através da guerra civil, que modificasse a composição de força no poder não estava e não está nos cálculos estratégicos do imperialismo. Por isso, os EUA responderam às pressões de seus aliados (Inglaterra, França), para que intervisse, com a demagogia de não interferir nos problemas internos de outro país, a não ser que Hussein exagerasse com as armas letais. É bem provável que a Inglaterra, e talvez a França, esteja alicerçando as lideranças dos revoltosos.

O governo de Hussein, como de outras vezes, agora em pior situação, pois está acossado por cima pelo imperialismo, desfechou um sangrento ataque aos revoltosos. Principalmente, no caso dos curdos, a guerra civil provocou um impressionante flagelo, envolvendo milhares e milhares de civis.

A reivindicação curda é histórica. Exigem constituir-se em nação, como no caso dos palestinos. No Irã foram massacrados no período da revolução

fundamentalista, na Turquia sofrem opressão tamanha que não podem utilizar, em público, sua língua nativa e, no Iraque, pela segunda vez, são massacrados.

Ocorre que, no atual quadro do pós-guerra, a causa curda tem sido utilizada pelas forças do imperialismo e da oligarquia regional reacionária, para destabilizar o governo Hussein, submetido a poderosa pressão dos norte-americanos, que o querem destruído pelos seus próprios generais.

Pode-se notar que até hoje não se tem o número de mortos do Iraque, vítimas da potente maquinaria de guerra imperialista. Sabemos que o país foi devastado pelos bombardeios, e, como afirmam os analistas, regrediu à fase pré-industrial. E que as condições de vencedores impostas, lá do cume da ONU, com a Resolução 687, tornam o Iraque em vassalo dos EUA. Porém, mais do que isso. O êxito da América do Norte recobre todo Oriente Médio, que, de senhor da guerra, passou a determinar todas as relações políticas e econômicas da região. Este era o grande objetivo da guerra. O primeiro passo foi dado com a destruição do Iraque.

Há que se entender que a guerra civil, estalada nas terras iraquianas, muito embora latente há tempo, se dá nesse terrível quadro de opressão nacional, imposta pela intervenção bélica do imperialismo e assimilada por grande parte dos governos oligárquicos dos países árabes e de todo Oriente Médio.

Pelo que sabemos, nem as lideranças curdas, nem as fundamentalistas da cúpula dos aiatolás se colocaram pela luta antiimperialista, não se aliaram em armas, para enfrentar os invasores externos, responsáveis em última instância, pela ausência do direito da autodeterminação, tanto dos curdos quanto dos palestinos.

A questão da autodeterminação se vincula diretamente à da opressão nacional, exercida pelo imperialismo, no mundo inteiro, sobre as nações semicoloniais. E, agora, mais atingidas pelo esmagamento do povo iraquiano. Os curdos não poderão impor seu direito de autodeterminação ao regime totalitário burguês de Hussein sem que se coloquem pela revolta antiimperialista. É isto que tem se passado, também, com o povo palestino. O imperialismo, através do seu enclave militar israelense, é o real inimigo da autodeterminação palestina.

Os curdos estão com a razão ao empunharem, desde há muito, as armas para arrancar a autodeterminação das mãos dos aiatolás xiitas, do regime de Hussein ou turco. Os revolucionários deverão se colocar do lado desta razão. Porém, há que se defender a autodeterminação através da luta antiimperialista, plenamente colocada pela ocupação militar no Oriente Médio.

A procura das lideranças oligárquicas de apoio do imperialismo contra Hussein não conduz à verdadeira autodeterminação e sim à criação de mais uma nação oprimida e escrava dos senhores mundiais.

A tendência da cúpula militar iraquiana é a de, agora, capitular em toda linha frente ao imperialismo. Não dizemos em relação a certas exigências que os vencidos não possam deixar de aceitar taticamente. E, sim, no fato de não armar as massas para resistir às pressões e ataques imperialistas.

A luta antiimperialista somente pode ser levada a cabo pelas massas. Trata-se de desencadear a guerra civil contra a reação imperialista. O problema está em que tanto os iraquianos, quanto os curdos não estão sob a direção de um partido revolucionário; sequer o possuem.

Em nossa posição, cabe às massas curdas superarem os líderes que procuram se apoiar no imperialismo para impor a Saddam a autodeterminação e levantarem a bandeira conjunta de expulsão das forças imperialistas do Oriente Médio e direito de se constituírem livremente em nação.

Não há dúvida de que tal posição ganharia simpatia e apoio das massas iraquianas, que, para resolverem a nova situação de opressão nacional, terão de reivindicar o armamento popular e estenderem essa bandeira para as grandes massas oprimidas do Oriente Médio.

Entendemos que a defesa da bandeira de autodeterminação historicamente democrática, nas condições do imperialismo só poderá ser plenamente cumprida e respeitada como parte da luta antiimperialista e da revolução proletária.

A defesa incondicional da autodeterminação dos curdos não significa se colocar na vala comum do imperialismo.

**PELA EXPULSÃO EM ARMAS DO IMPERIALISMO E DIREITO DE AUTODETERMINAÇÃO DOS CURDOS!**